



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

*Ex.ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores*

*Ex.mas Sr.as e Sr.s Deputados*

*Ex.mo Sr. Presidente e Membros do Governo da Região Autónoma dos Açores*

*Senhoras e senhores.*

Saúdo-vos neste debate parlamentar sobre o programa do Governo, com votos de entendimento sobre as grandes questões que interessam aos Açorianos, nomeadamente nesta área agora em discussão e apreciação, que é da saúde.

Na última campanha eleitoral todos os partidos da oposição ao PS elegeram o mote da diabolização do nosso Serviço Regional de Saúde. Adjetivaram-no e não o consubstanciaram. O PPM, adjetivou-o como mau, muito mau até, o PPD-PSD, como um dos mais graves problemas dos açorianos; e todos os outros, invariavelmente como mau ou insuficiente.

Falaram em nome de utentes, explorando situações esporádicas de descontentamento.

Nem uma palavra sobre o que foi feito ou gasto em benefício efetivo de uma Medicina de qualidade, moderna, mais acessível e com tudo isto, tendencialmente gratuita.

Enganos! Sr.as e Srs deputados

Dos postulados em saúde: o mais frequente ouvir-se; é que a saúde não tem preço,... mas custa dinheiro!

Lembro-vos que o acesso aos cuidados de saúde é um bem, mas não o é de consumo, é um bem de acesso para quando e onde for preciso; e que custa dinheiro.

Quando falarmos do nosso Serviço Regional de Saúde, é muito importante referir que pelo artigo 59º do nosso Estatuto Politico-Administrativo , compete a esta Assembleia legislar em matéria de politica de saúde desde a sua organização até ao circuito e comercialização do medicamento

E também é competência desta Assembleia (*Secção II, Subsecção I artigo 34º alínea c)* aprovar o orçamento regional, discriminado por despesas e receitas, incluindo os programas de investimento de cada secretaria regional.

Mas durante esta campanha eleitoral foi dito que a saúde dependia só do Governo, mas ao governo compete executar as politicas de saúde emanadas desta Assembleia, com o propósito da sua adequação aos recursos disponíveis e às variáveis do sistema.

Não sei Sras. e Srs. Deputados se houve nestas afirmações preconceitos ou enganos. Espero que tenha havido simplesmente ignorância sobre a matéria.

A nós deputados, como vimos compete-nos a parte mais difícil que é o de propor, se necessário, redesenhar ou reorganizar o sistema.

Não podem aqueles que acham que a saúde não tem preço, prometerem-na sem olharem à adequação dos recursos materiais, sem adequação dos recursos humanos, que não existem ainda em quantidade e diferenciação necessária , sem ponderarem outras formas de financiamento, porque a saúde tem um preço, tendencialmente mais elevado a cada ano que passa; se atendermos às exigências de prestação de cuidados de saúde seguros adequados e de qualidade.

A particularidade demográfica e geográfica da Região Autónoma dos Açores, condiciona tanto a performance, os acessos e os custos no **Serviço Regional de Saúde**, , que somente a boa governação com o sacrifício por vezes, do algum pelo todo, nos leva a orgulharmo-nos dele, da sua evolução, da sua qualidade, do seu impacto positivo na vida dos açorianos.

Este é o paradigma deste sistema. Da sua enorme interdependência de variáveis internas e externas, que mudam a prática em saúde, no tempo e no lugar.

Percebe-se que os Hospitais estejam no centro do Sistema e consumam grande parte do orçamento para a saúde, mas isso não reduz a importância que este Governo dá no seu programa, desde logo à cobertura total da população por médico especialista em Medicina Geral e Familiar, fixando como meta 2018, propondo-se intervir ativamente nestas áreas de cuidados em saúde, assim como na sua modernização.

Uma cobertura assistencial de proximidade e referenciação, diminuindo o hospitalocentrismo, apostando na qualificação e certificação destes serviços, é outra meta deste programa com que concordamos em absoluto.

Afinal, tudo isto acontece, ou está a acontecer porque há vontade expressa neste programa do Governo em fazer o que ainda falta em saúde, como noutras áreas com impacto sócio-económico favorável na vida dos açorianos.

Com a chancela da **OCDE, Eurostat e Organização Mundial de Saúde**, postula-se uma organização modelar para os serviços de saúde, e promove-se um modelo de Sistema de Contabilidade da Saúde, numa Administração do Financiamento do Sistema de Saúde, como fundamental à gestão.

É neste interface financeiro que sabemos, que tipos de serviços são financiados, para onde vai o dinheiro, de onde vem o dinheiro e que instrumentos são usados para o financiamento.

Lamento desiludir aqueles que advogam o enterro de instituições financeiras e de gestão da saúde.



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar

*Ex.ª Sr.ª Presidente da Assembleia*  
*Ex.as Sr.as e Srs. Deputados*  
*Ex.mos Srs. Presidente e membros do Governo*  
*Senhoras e senhores*

Os serviços de Saúde são também uma atividade económica, geradora de emprego, produto interno e de rendimento, logo de valor acrescentado, sempre que forem produzidos e pagos na Região.

O Programa do Governo, ao propor a consolidação das parcerias com Unidades de Saúde Privadas que desenvolvam a sua atividade no Sistema Regional de Saúde, na complementaridade e racionalização dos recursos, está a contribuir não só para a eficiência do sistema, como também para o seu refinanciamento e para o desenvolvimento da economia regional.

Daqui, mais uma vez, a nossa concordância.

Que serviço Regional de Saúde queremos? Ou que Serviço Regional de Saúde podemos ter?

Este é o nosso maior desafio de sustentabilidade; porque nele começam as nossas necessidades e terminam as nossas possibilidades.

Este desafio começa nesta Assembleia, passa para o Governo e envolve sem dúvida nenhuma a responsabilização coletiva dos açorianos em aceitarem um Serviço Regional de Saúde bom, à medida das nossas possibilidades.

Tenho dito.

Horta, sala das sessões, 18 de novembro de 2016

O Deputado: Dionísio Faria e Maia